

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 176.^a Sessão Ordinária
Realizada em 6 de Outubro de 1971 — (4.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguiinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Basílio aznusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazza, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramella, Arizone Araújo, Antônio Belinati, Arthur de Souza, Maurício Fruet, Odilon Reinhardt (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSAO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

— Sob o n. 28-71, do Senhor Governador do Estado, encaminhando Anteprojeto de Lei Orçamentária para o exercício de 1972, de conformidade com o disposto no artigo 36, da Emenda Constitucional n. 3.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Pinto Dias, solicitando Dispensa de Publicação da Redação Final ao Projeto de Lei n. 32-69.

— De autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando urgência para a votação do Projeto de Lei n. 129-71.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvida a Casa, consigne-se em Ata voto de sentido pesar pelo falecimento, em nossa Capital, do Coronel Adherbal Fortes de Sá, cuja vida profissional como membro da Polícia Militar do Estado deixou registrada brilhante fôlha de serviços pela causa paranaense.

O extinto era genitor do jornalista Aherbal Fortes de Sá Júnior, que durante vários anos prestou inestimável contribuição a esta Assembléia, como membro do Comitê de Imprensa da Casa.

Requer, ainda, uma vez aprovada a proposição, seja de seu teor dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 1971.

(a) — Erondy Silvério.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 229-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Maternal Nossa Senhora Aparecida de Santa Felicidade, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1971.

(a) — Igo Losso.

JUSTIFICATIVA:

A Casa Maternal Nossa Senhora Aparecida, de Santa Felicidade, está com seus Estatutos devidamente registrados sob n. 1.331, Livro "A", de Registro de Pessoas Jurídicas, conforme dispõe a Lei.

Suas meritorias finalidades estão expressas no artigo 1.º, item um dos Estatutos; Organiza e presta serviços de caráter beneficente e filantrópico, prestando assistência à maternidade e infância, aos pobres e desvalidos, gratuitamente, sem distinção política, de nacionalidade, credo, cor ou raça. É composta em sua Diretoria e Conselho por um grupo de idealistas, homens e senhoras que, unidos, trabalham pela felicidade alheia, sem qualquer recompensa pecuniária. Entidades como esta devem ser apoiadas e prestigiadas pelo Governo, pois que nada mais é do que a comunidade trabalhando na assistência social e pela solidariedade humana, missões em que o Estado forçosamente é o maior interessado em sua concretização.

Assim, esperamos seja devidamente aprovado o presente Projeto de Lei, por ser justo e estar enquadrado dentro dos requisitos da Lei.

PROJETO DE LEI N. 230-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Amado Alves de Miranda, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1971.

(a) — Nelson Buffara.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente iniciativa é amenizar, em parte, a situação precária em que se encontra o cidadão Amado Alves de Miranda, que além das vicissitudes que a vida lhe impôs, tem por destino a manutenção e educação de treze (13) filhos.

Em casos de tal espécie, assim nos parece, o Estado tem a obrigação de dar recursos mínimos, prestando, desta forma, a verdadeira Assistência Social tão decantada. Esta é, na verdade, a intenção do presente plano de Lei.

Nestas condições, apresentamos a presente Proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando-se lhe dê o indispensável apoio e, no final, sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A região que representamos e a qual voltamos todos os fins de semana, já tem as suas terras preparadas para as culturas da atualidade, e uma das grandes dificuldades que ocorrem principalmente para o pequeno agricultor e para o arrendatário, é exatamente a aquisição de sementes selecionadas, sementes de boa origem, para que o produto tenha assim a sua rentabilidade garantida.

O algodão, principalmente, que vinha sofrendo um desestímulo por parte dos cotonicultores dada a sua baixa produção, naturalmente oriundo de uma semente de baixa qualidade e ainda sendo muito onerosa a sua colheita, vinha sofrendo uma redução da sua produção, e o Governo Federal interessado que estava para que a produção do algodão do Norte do Paraná principalmente, tivesse a sua aceleração acentuada, estabeleceu um preço mínimo condizente com a realidade do trabalho empregado.

Mas o algodão, é cultivado principalmente pelo pequeno agricultor, pelo arrendatário, e a aquisição da semente, o financiamento proposto para o pequeno agricultor, é difícil de ser executado pelo Banco do Brasil, que exige naturalmente um cadastro do agricultor.

Por esse motivo, e em atenção à produção do algodão, no Norte do Paraná, vem a Café do Paraná através da Secretaria da Agricultura, tomar excelentes medidas no sentido de incentivar ainda mais a produção do algodão em nosso Estado.

Assim é, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a Café do Paraná acaba de contratar com o Banco do Estado, o financiamento a longo prazo e com juros especiais, para 210 mil sacas de sementes de algodão o que significa 50% do necessário para a cobertura de todo o Estado do Paraná. Estas 210 mil sacas de sementes financiadas pelo Banco do Estado, estarão à disposição dos cotonicultores e dos maquinistas interessados para que eles com maior facilidade, possam entregar a semente ao pequeno agricultor financiada neste prazo extraordinário.

É exatamente nesta época, quando os jornais anunciam que a ferrugem já chega ao Paraná atacando os cafezais de Guaraci, é que devemos, além de tomar todo o cuidado necessário para combater a ferrugem, para a proteção dos cafezais do Estado do Paraná, temos por obrigação dar um incentivo maior às outras culturas principalmente, a do algodão. E por esta razão, Sr. Presidente e Srs. Deputados que queremos aqui nos congratular com a Secretaria de Agricultura através da Café do Paraná, por esta medida extraordinária, por esta iniciativa que bem diz dos altos propósitos dos dirigentes, de propiciar todas as condições, todas as facilidades para o pequeno agricultor que tem em mente, a grandeza e o progresso da nossa terra. Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No próximo dia 28, comemora-se a data do funcionalismo público. Lembramo-nos da importância do funcionalismo público, do progresso e do desenvolvimento de um Estado. Lembramo-nos também, que se aproximam as festas de fim de ano; lembramos mais ainda que o funcionalismo público não recebe, pois não tem direito adquirido nas leis da Constituição, não recebe o 13.º salário. Em razão disso, apresentamos hoje requerimento pedindo permissão para fazer a sua leitura. (Lendo):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Haroldo Leon Peres, digníssimo Governador do Estado, no sentido de que aquela autoridade envie a esta Casa Mensagem concedendo o abono de Natal ao funcionalismo público estadual.

Esta providência governamental, a par de seu cumho humano e cristão, teria o condão de congregar, ainda mais, os laços existentes entre os homens que compõem o nosso quadro de servidores, incentivando-os na nobre tarefa a que se propõe a curul administrativa.

Por outro lado, o atendimento desse apelo faria face às dificuldades encontradas pelos servidores públicos durante os festejos natalinos, ocasião em que, para dar maior alegria aos seus familiares, geralmente assumem compromissos onerosos para todo o decorrer do ano que se avizinha. Não é preciso lembrar, nesta oportunidade, que devido à conjuntura econômica financeira do País, com o consequente congelamento dos salários, as elevações registradas nas folhas de pagamento não têm acompanhado a mesma proporção do aumento do custo de vida.

A verdade é que, toda a atividade desempenhada, quando banhada pelo afeto profundo, enriquece-se de resultados, permitindo descortinar novos horizontes, vindo a transmitir a indistigável sensação de que somos felizes, criadores de uma felicidade impar.

Por esta razão e observando-se o interesse governamental em solucionar os problemas atravessados pelos seus servidores, é que me motiva a apelar para que continue zelando pelo bem estar da classe.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 1971.

(a) — Alvaro Dias".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso requerimento, além de justiça, traz também consigo a possibilidade de atendimento, uma vez que não encontramos impedimentos de ordem regimental ou constitucional. A propósito, a pedido da Prefeitura do Município de Londrina fizemos uma consulta ao Tribunal de Contas, no sentido de se encontrar uma fórmula para o pagamento do abono de natal aos funcionários públicos daquele Município, que também são regidos pelo Estatuto do Funcionalismo Público e nessa consulta fomos informados da possibilidade de se conceder abono de natal a todos os funcionários públicos, sem qualquer impedimento, desde que o Executivo encaminhe ao Legislativo, matéria solicitando autorização e estabelecendo o percentual deste abono de natal, bem como de qual a verba ele seria utilizado. Desta forma, Sr. Presidente, srs. Deputados, apelamos para o bom senso do sr. Governador do Estado e temos certeza absoluta que, reconhecendo a nobre e indispensável tarefa do funcionalismo público do nosso Estado, terá o reconhecimento suficiente para lhe dar alegria de todos nos festejos natalinos. Se o operário, se o funcionário de empresa particular tem direito ao abono natalino, também o funcionário público que exerce uma função extraordinária deve merecer por parte das autoridades, este reconhecimento. Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra e a satisfação de anunciar em Plenário a presença do arquiteto Marcos Prado, digno Diretor do Detran. Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVERIO — Pego a palavra, Sr. Presidente, no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Não entro com requerimento solicitando a instalação de uma Comissão

Parlamentar de Inquérito para averiguar o que de anormal se passa na nossa Polícia Civil, porque tenho absoluta certeza que não conseguiremos do Líder do Governo, o número de assinaturas necessário para concretizar nosso desejo e instalar a Comissão. Mas algo de anormal deve estar passando na Polícia Civil porque não compreendemos a atitude do Sr. Secretário de Segurança Pública, e quero fazer um parêntese, não estou contra a Polícia Militar do Estado, acho que está tendo uma atitude louvável em benefício da segurança da população curitibana, é uma corporação que orgulha a população paranaense. O sistema de Rádio Patrulha tem realmente contribuído para a tranquilidade da população curitibana, mas daí entregar-se presos que cometeram delitos comuns, como esse famigerado bandido alcunhado de Testinha, foi preso pela Polícia Militar do Estado e entregue a sua custódia em cujas dependências daquela corporação corre inquérito policial, o que é inusitado no sistema administrativo do Estado, jamais vimos um desprestígio tão grande para a Polícia Civil. Este gesto impensado do Sr. Secretário de Segurança é uma desmoralização à própria Polícia que ele, como Secretário é o seu chefe, entregando estes presos sob jurisdição da Polícia Militar do Estado, determinando que o inquérito se proceda através daquela corporação militar, é inusitado. Era melhor que o Sr. Secretário viesse a público, dizendo que a Polícia é composta de homens corruptos que não merecem a confiança das autoridades, promover uma devassa, uma limpeza geral na Polícia Civil do que desmoralizando desta forma. Não é com Requerimento solicitando a Comissão de Inquérito, tenho absoluta certeza que ele não encontrará guarita no seio do situacionismo e o número de Deputados independentes desta Casa é reduzido; contaríamos, é claro, com o apoio da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, mas assim mesmo não conseguiríamos o número necessário de assinaturas para concretizarmos a medida.

Mas, fica aqui registrada a nossa estranheza pela atitude inusitada do Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado em entregar presos que deviam estar sob a guarda e responsabilidade da Polícia Civil, à Polícia Militar. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, no Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente. Concedo a palavra, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Borsari Netto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com satisfação, trago ao conhecimento desta Casa um aspecto, certamente inédito e altamente positivo, da nova política rodoviária do Governo Haroldo Leon Peres.

Quero referir-me às desapropriações para fins rodoviários, uma questão que para muitos pode parecer secundária.

O assunto vinha, no entanto, criando para o Estado situações constrangedoras e prejuízos incalculáveis, representados por vários milhões de cruzeiros, pleiteados e reconhecidos em juízo, sob a forma de indenizações vultosas, por desapropriações para a construção de novas estradas.

Não era só isso. Houve casos de mandatos judiciais contra o Estado, embargando obras em andamento, sob a alegação de interesses contrariados, com sérios danos para o ritmo das construções.

Ocorriam essas situações porque não vinham sendo cumpridos os ritos legais relativos à desapropriação das áreas atingidas por obras rodoviárias, isto é, faixas de rodagem e áreas marginais.

Amparado pelo instituto jurídico característico da soberania do Estado em matéria de utilidade pública, era baixadas as ordens de serviço sem antes promover os atos de desapropriação e as avaliações administrativas, para fins de indenização.

Concluídas as obras apareciam logo as ações de indenizações, líquidas e certas, mesmo porque, com a estrada feita e entregue ao tráfego, o Estado

perdia o poder de negociação, não estava em condições de discutir com as partes soluções amigáveis e muito menos beneficiar-se com eventuais doações.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Borsari Netto, eu concordo, em parte, com o que V. Exa. está dizendo. Apenas não concordo com o ineditismo que V. Exa. quer emprestar às desapropriações que o Governo está fazendo, às margens das rodovias. Porque isso, tenho conhecimento, que vem sendo feito, enfim, por todos os governos. Não digo em todos os casos, mas tenho conhecimento de casos até de amigos meus que foram indenizados pelas áreas que tiveram que ceder ao Departamento de Estradas de Rodagem.

O Governo de Ney Braga, quando construiu o trecho Curitiba-Lapa, indenizou todos os proprietários à margem esquerda no sentido Curitiba-Araucária. De modo que não há nada de inédito na medida. Pode ser que as medidas agora sejam extensivas a todas as áreas atingidas, o que poderia não ter se verificado em Governos anteriores. Mas, como disse, não há nada de ineditismo na medida. Tenho conhecimento concreto e posso trazer as áreas, os valores e os nomes dos proprietários indenizados pelo Estado, quando tiveram suas terras desapropriadas para a construção da rodovia.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado, Borsari Netto, tenha a impressão de que o nobre Deputado Erondy Silvério não entendeu o início do pronunciamento de V. Exa. Realmente, todos os Governos vinham pagando pela desapropriação das terras, e era um direito legítimo dos proprietários. Mas, se não me engano, o que o Governo está fazendo é, antes de abrir a estrada, solicitar a doação dos proprietários para evitar a desapropriação, que, às vezes, onera muito o Estado e os proprietários ainda se beneficiam na valorização feita pela própria estrada. Penso que é este o sentido do discurso de V. Exa.

O SR. BORSARI NETO — Agradeço o aparte...

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Entendi perfeitamente não só o início do discurso mas até o momento em que interrompi o brilhante pronunciamento de V. Exa. com o aparte que generosamente me concedeu. Quero dizer ao Deputado João Mansur que também não é inédito o Governo solicitar de alguns proprietários doações de determinadas áreas. S. Exa. sabe bem que no trecho Irati-Palmeira houve proprietários que doaram determinadas áreas ao Governo anterior, evitando a desapropriação. E não há nada de inédito também nisto.

O SR. BORSARI NETO — Nobre Deputado Erondy Silvério, entendo que V. Exa. não tenha talvez compreendido exatamente o início de meu pronunciamento. Disse que desejava apresentar um novo aspecto, uma nova faceta na política rodoviária e V. Exa. terá a oportunidade de verificar na continuidade de minha oração. Este aspecto que faz referência à nova sistemática adotada no sistema de desapropriação.

"Mas, se isso representava um ônus, não era, ainda, o mais grave. O mais grave é que as ações de indenização vinham com seus valores acrescidos pelas melhorias e benefícios da nova estrada, expondo o expropriante ao pagamento da valorização que ele próprio realizou.

Logo que assumiu o Governo, um dos primeiros atos do Governador Haroldo Leon Feres, ao constatar o fato, foi o de determinar ao DER que nenhuma obra seja iniciada sem que se cumpram os ritos legais de desapropriação e as respectivas avaliações, para fins de indenização.

Com isso não deseja o Governo, é claro, retardar o andamento das obras, mas evitar que elas sejam oneradas por indenizações absurdas ou até embargadas depois de iniciadas, por ações intempestivas".

Srs. Deputados, quando eu falo em Governo de Estado quero também me referir aos governos municipais. Sou testemunha de diversas estradas municipais de alta utilidade para os municípios que foram embargadas, porque os Prefeitos municipais não tiveram a cautela de tomar essas medidas,

essas iniciativas preliminares de entendimento com o proprietário que teria suas terras atingidas por essas estradas municipais.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. conhece muito bem como brilhante engenheiro que é, como representante do povo, o problema de desapropriação é delicado. O Governo baixa decreto declarando de utilidade pública e dá o valor que bem lhe parece justo ao imóvel, ou à área a ser futuramente desapropriada. E imite-se na posse do imóvel, deposita em Juízo a importância correspondente à avaliação. E tocam para frente a obra. Mas, ninguém pode impedir que o proprietário deixe de aceitar a avaliação do Estado.

Então, o que tem acontecido, em quase todos esses processos, é uma demanda judicial que se arrasta por muitos anos. E isto é inevitável em qualquer Governo, tanto faz no Governo do sr. Haroldo Ferraz Peres como no do sr. João da Silva, ou no do Prefeito Rodrigues. É inevitável que o dono, o legítimo proprietário, cujas terras serão atingidas pela desapropriação não concorde com o preço e recorra a um arbitramento judicial.

Portanto, era esse o aparte que queria oferecer a V. Exa.

O SR. BORSARI NETO — Entendo o sentido de V. Exa. nobre Deputado Erondy Silvério.

Entretanto, acho que é muito melhor prevenir do que remediar. Se essas medidas forem tomadas "a priori" trarão resultados mais positivos para o Tesouro do Estado.

Agradeço o depoimento de V. Exa. e concedo aparte ao nobre deputado Ivo Tomazoni.

O sr. Ivo Tomazoni — Sr. Deputado, V. Exa. está trazendo um problema que se resolveu da parte do Executivo, no que tange às desapropriações, vem disciplinar um dos serviços que tem, praticamente, aborrecido os proprietários de áreas por onde passam novos traçados de estradas.

Cito um exemplo, a estrada de Três Pinheiros-Pato Branco, principalmente no trecho Coronel Vivida-Pato Branco, Pato Branco-São Roque, Pato Branco-Marmeleiro, Marmeleiro-Barracão, eu e minha assessoria, estamos acompanhando diuturnamente a tramitação de cerca de 300 processos de indenização que estão no DER, a espera do pagamento devido.

Mas, como bem frisou V. Exa. não é bem a importância paga que preocupa o Governo, é a demanda na formação do processo de indenização que preocupa o Estado e o proprietário. Estão retidos, no DER, cerca de 200 títulos de proprietários de terras de agricultores juntados a um processo de indenização que leva ao local da obra, reiteradas vezes, comissões de avaliação, organizadas pela Diretoria Geral do DER. É um ir e vir de processo da sede do DER à sede do processo. É uma indenização obtida por um valor que não corresponde ao valor do terreno do vizinho: é uma casa que foi afastada e o empreiteiro não se preocupa em mudar a propriedade, a casa, o DER afirma que é preocupação do empreiteiro. E estamos, praticamente, brigando diariamente para que esses problemas sejam resolvidos.

É um problema que não foi resolvido até hoje porque é uma norma, é uma técnica que vinha sendo seguida há muito tempo. Se conseguirmos disciplinar, através de legislação própria, antes que a estrada seja traçada...

O sr. Erondy Silvério — Levaria quinze anos para se construir a estrada Três Pinheiros-Pato Branco.

O sr. Ivo Tomazoni — ... que demore quinze anos, mas o Governo haverá de se preocupar de tomar medidas antes que o mal cresça. Porque, depois ficam os proprietários a cobrar de seu representante o pagamento das indenizações. Os orçamentos do Estado nem sequer dotam importâncias com estas finalidades específicas.

V. Exa. está abordando um assunto muito sério. Quero cumprimentá-lo pela oportunidade e pela objetividade do pronunciamento que V. Exa. está fazendo.

E Deus queira que V. Exa., nas conclusões, nos dê a orientação de co-

mo fazermos para resolvermos um problema que está a preocupar todos os proprietários de terras ao longo das rodovias estaduais.

O SR. BORSARI NETO — Prezado Deputado Ivo Tomazoni, agradeço o brilhante aparte de V. Exa., que veio sobremaneira trazer um colorido todo especial a esse problema que estamos abordando.

E o que nós entendemos também, nobre Deputado, é que se pretende evitar erros que num futuro próximo podem dificultar os movimentos na realização dos programas rodoviários. O que se quer, enfim, é que os órgãos Rodoviários promovam e realizem os processos expropriatórios, evitando gastos que podem destinar-se ao financiamento de outras obras.

Os efeitos das medidas tomadas pelo atual Governo, no resguardo dos interesses do Tesouro, foram imediatas e altamente positivas.

Constatou-se, desde logo, que os proprietários rurais, cientificados na nova orientação, não hesitavam em abrir mão do direito de propriedade em favor do bem comum, principalmente porque sabem que, com as áreas doadas, irão de alguma forma apressar o início da construção das estradas programadas, as quais, passando por sua propriedade, só lhe trará benefícios e os isentará talvez, de uma taxa de contribuição de melhoria.

No curto prazo destes primeiros meses, a decisão do Governador do Estado produziu o que se pode chamar de uma reversão de expectativa. Com a interferência elogiável e decisiva do Secretário dos Transportes, do Diretor Geral e dos funcionários do DER, bem como dos Prefeitos Municipais, as comunidades locais estão doando, em massa, ao Estado, as terras atingidas por novas estradas, reduzindo-se o número de ações de indenizações, de reduções ou de parcelamentos, aos casos especiais de necessidade comprovada quando a nova obra deixa praticamente sem área ou atinge benfeitorias essenciais de pequenos e humildes proprietários.

Mas o importante, como regra, é que os atos desapropriatórios, para fins de indenização ou doação, são agora previamente processados, resguardando os interesses públicos no momento adequado, como manda, aliás, a lei que regula o assunto.

Os numerosos exemplos de doações que estão ocorrendo demonstram que o povo em geral, e as comunidades beneficiadas por novas obras, querem e sabem cooperar com o Estado, quando este, por sua vez, respeita os direitos de terceiros e os procura na hora própria para fazer-lhes compreender e aceitar o alcance social da utilidade pública.

Procurados pelos advogados do DER e pelos funcionários dos Distritos Rodoviários, todos têm-se mostrado dispostos a ceder as áreas atingidas, mesmo quando as doações, como tem acontecido em vários casos, abrangem apreciáveis áreas cultivadas, inclusive cafezais, consideravelmente valorizadas.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não estou realmente, precisamente, a par das medidas do Governo com relação a obrigatoriedade de breves desapropriações para construção de rodovias. Mas, poderia V. Exa. fazer a fineza de me informar, o Governo só iniciará a obra com todos os processos solucionados? Porque se assim for, V. Exa. sabe quando vai sair uma rodovia?

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Wilson Fortes).

Nunca nem daqui a cem anos. O proprietário não é obrigado a aceitar o preço arbitrário que se faça de sua propriedade. Mesmo que 30 ou 80% dos proprietários que margeiam a estrada estejam de acordo em colaborar, fazendo doação de suas terras, 10 ou 20% entrarão com demanda e isto irá atrasar quanto tempo? Se esse é o espírito que norteia o Governo.

O SR. BORSARI NETO — Esta opinião de V. Exa....

O sr. Erondy Silvério — Não é opinião, não é problema de opinião, é um problema concreto. Temos verificado, no quotidiano, dentro do próprio Município de Curitiba que, às vezes, por 10 cms. de rua a Prefeitura se

vê embargada em prosseguir na abertura de determinada via pública. Sabemos que isto vai ocorrer não é opinião, é prática.

O SR. BORSARI NETO — V. Exa. há de convir que disse que, como regra, esses atos desapropriatórios são previamente processados. Acho que esta medida é, efetivamente, de grande importância.

(Lendo): “Esse é um excelente quadro que se descortina no Paraná nas relações entre o Estado e as comunidades locais que, de litigantes, aparecem agora conjungando esforços para facilitar e acelerar o início de obras novas, que a cada dia tomam ritmo mais acelerado.

Há cerca de um mês, em praça pública, tanto em Colombo como em Jacarezinho, ao determinar “in loco” ao DER as ordens de serviço para o início de novas estradas, o Governador Leon Peres teve oportunidade de distinguir com diplomas do mérito rodoviário grande número de proprietários que acabavam de doar terras ao Estado para fins rodoviários.

Sabemos que vários Distritos Rodoviários têm sido inclusive procurados por Prefeitos, Empresas colonizadoras e proprietários rurais, decididos a doar terras com o mesmo objetivo, dando assim uma contribuição espontânea ao programa rodoviário do atual Governo.

Faço o registro desse fato porque ele exprime uma mentalidade administrativa, que possibilita a participação das comunidades nas obras públicas, em razão de medidas tuteladoras, de austeridade e zelo pela coisa pública, adotadas pelo atual Governo.

Não sabemos de outros exemplos que possam, como o Paraná, orgulhar-se do desprendimento de seu povo e até de poder dizer que aqui os particulares doam terras ao Estado para propiciar o progresso, quando a regra é geralmente o inverso, com o Estado chamado a assumir sozinho todos os encargos e até arcar com ônus aberrantes de melhorias que ele próprio promoveu”.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas gostaria de acrescentar ao Deputado Borsari Neto que este problema que V. Exa. está abordando se verificou, em relação ao Estado, já no Governo Bento Munhoz da Rocha Neto, quando iniciou a BR-369. Devo dizer, a bem da verdade, porque tratei de mais de um processo de instância amigável, que o Estado tem dado soluções, em sua grande maioria, amigável a esses casos. Com relação as doações gostaria de dizer a V. Exa. que no custo das construções dessas estradas tem havido aquilo que se pode chamar de “doação tácita”. Tenho conhecimento que na região de Goio-Erê, onde mexeram em muitas estradas, possivelmente 80% dos proprietários nada reclamaram do Estado. Na minha região, mesmo que é mais antiga, são em menor número aqueles que reclamam.

De maneira que, levando-se em consideração ainda que existe — não me ocorre no momento o número desse decreto e mais precisamente o sentido do mesmo, a não ser assim vagamente — um decreto federal nesse sentido, que orienta além da legislação civil, orienta especificamente os casos de estradas de rodagem, nós temos visto realmente absurdos serem cometidos com fundamento na construção dessas estradas, por parte de Prefeituras Municipais, que se entendem também no direito e invadem terras dos seus municípios, causando realmente prejuízos incalculáveis. Mas os Prefeitos estão exorbitando de suas funções neste caso, ao passo que o Estado ele tem tido uma compensação, porque se ele está sujeito a essas indenizações, a grande maioria — estou dando este aparte para fazer justiça a esses que não reclamaram do Estado, e se estou a fazê-lo no sentido patriótico, esses que não reclamaram do Estado, que constituem uma grande maioria, também silenciaram patrioticamente.

Agora, estou de acordo com V. Exa. quando V. Exa. diz que o Estado deve ajudar, principalmente no respeito ao pequeno proprietário, que este não raro fica sem casa e inclusive sem terras, está sujeito aqui a isto, se ele

tiver uma propriedade pequena, e uma estrada de boa dimensão atravessada na sua propriedade.

Era este o subsídio que eu desejava dar a V. Exa.

O SR. BORSARI NETO — Agradeço o subsídio fornecido por V. Exa., e digo a V. Exa., que a aplicação das desapropriações está contida no Decreto n.º 3365, de 1941.

Efetivamente, eu também estou de acordo que todos aqueles que não tinham reclamado seus direitos, trouxeram uma contribuição valiosa.

Desejo então que fique o registro como exemplo, mas sobretudo como um estímulo de novos tempos, de eloquente demonstração de integração entre o povo e o Governo, no interesse da coletividade e do desenvolvimento do nosso povo e o Governo, no interesse da coletividade e do desenvolvimento do nosso Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está finda a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 231-69, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a criar, na localidade denominada Monte Real, Município de Santo Antônio da Platina, um Ginásio Estadual, para funcionar no próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182-69, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Itambé, um Estabelecimento de Ensino Técnico Comercial de Grau Médio, para funcionar a partir do próximo ano. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.o DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 208-70, de autoria do Dep. Sílvio Barros, que declara de Utilidade Pública a Liga de Esportes de Cambé. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22-71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo construir um Grupo Escolar no bairro de Santa Cândida, Município de Curitiba. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50-71, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade Beneficente "CA-SA DE MISERICÓRDIA", da cidade de Cornélio Procopio. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 9071, de autoria do Dep. Francisco Borsari Netto, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, fica criada uma Circunscrição de Trânsito em Marechal Cândido Rondon, com jurisdição nos Municípios de Toledo, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaíra. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C. P. — com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 102-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito no Município de Marechal Cândido Rondon, com jurisdição nos Municípios de Toledo, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaíra.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1970.

a) — Dep. Paulo Poli

JUSTIFICATIVA:

A vasta região onde se situam os Municípios de Marechal Cândido Rondon, Toledo, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaíra, vêm apresentando um grande desenvolvimento ocasionando congestionamento referente ao Serviço de Trânsito. Nesse sentido, visando colaborar com as autoridades locais e propiciando à população um maior e melhor serviço referente àquele setor, é que apresentamos o presente plano de lei que esperamos contar com o apoio dos eminentes Pares com assento neste Poder.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N. 102-70

AUTOR: Dep. Paulo Poli

P A R E C E R

I — O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Paulo Poli, visa criar uma Circunscrição de Trânsito no Município de Marechal Cândido Rondon, com jurisdição nos Municípios de Toledo, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaíra.

II — O presente projeto visa colaborar com as autoridades dos citados Municípios, no sentido de propiciar à população um melhor atendimento com relação ao serviço de trânsito.

III — Nosso parecer é favorável, na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Acyr José

Emílio Carazzai

Cândido Manoel Martins de Oliveira

Igo Losso

Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito no Município de Marechal Cândido Rondon, com jurisdição além do município sede, nos de Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaíra.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1971

aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Igo Losso

Cândido Manoel Martins de Oliveira

Emílio Carazzai

Acyr José

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER

1.) Em exame o Projeto de Lei n. 102-70, de iniciativa do nobre Deputado Paulo Poli.

2.) O objetivo do Plano de Lei é criar uma Circunscrição de Trânsito em Marechal Cândido Rondon, com jurisdição, ainda, nos Municípios de Toledo, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaíra.

3.) Essa matéria, à falta de legislação específica que arme o Poder Executivo de condições estruturais de resolver por si os problemas do Serviço de Trânsito no interior do Estado, tem merecido louváveis iniciativas parlamentares no âmbito do Poder Legislativo, como esta agora em tela.

4.) Nada a obstar quanto à oportunidade do Projeto de Lei.

5.) Pela aprovação, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1971

aa) Paulo Poli — Presidente

Wilson Brandão

Alvaro Dias

Aguinaldo P. Lima

Santos Lima.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 102-70

PARECER

I — De autoria do Deputado Paulo Poli, o Projeto de Lei em exame, visa criar uma Circunscrição de Trânsito no Município de Marechal Cândido Rondon, com jurisdição nos Municípios de Toledo, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaíra.

II — Sobre o aspecto financeiro que cabe a esta Comissão analisar, sempre favoráveis ao Projeto, na forma do Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 17 de julho de 1971.

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Ovídio Franzoni

Santos Lima

Fuad Nacli.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 187-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede em Guaraniáçu, com jurisdição nos Municípios que especifica. — Parecer Contrário da CCJ.

PROJETO DE LEI N. 187-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município de Guaraniáçu e com circunscrição nos Municípios de Catanduvas e Campo Novo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de Julho de 1970.

a) Dep. Paulo Poli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 187-70

AUTOR: Dep. Paulo Poli

SÍNTESE: Autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede em Guaraniáçu, na forma que especifica.

P A R E C E R

- 1) — O Projeto de Lei supra evidenciado foi elaborado tendo presente o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.
- 2) — A matéria objeto da iniciativa ora em exame versa sobre problema de ordem eminentemente técnica-administrativo, razão pela qual reque-remos fosse ouvido o órgão competente, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, conforme se infere do requerimento por nós subscrito em 12 de abril do corrente ano, de fls. 2 deste processo.
- 3) — O órgão técnico daquela Secretaria, conforme informação presta-da às fls. 3, assim se pronunciou: "face aos estudos para uma redistribui-ção mais conveniente aos interesses do Ensino, julgamos inoportuna a cria-ção proposta".

4) — Em face de tais circunstâncias, tendo em vista a informação su-pra citada, somos pela rejeição do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de Julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator

Muggiati Filho

Arthur de Souza

Sebastião Rodrigues Júnior

A votação do referido projeto será feita inversamente, pelo parecer. —
Rejeitado o projeto.

(Declaração de voto de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa)

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições re-gimentais, requer que conste sua declaração de voto favorável ao Projeto de Lei n. 187-70, em 1.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 1971.

(a) — Antônio Costa".

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 196-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, pa-ra fins de conservação, a estrada que liga Floresta a Itambé. — Pareceres favoráveis da CCJ, CF e COPTC. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 196-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Passa à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a rodovia que liga o Município de Floresta ao de Itambé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, re-vogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de agosto de 1970.

a) — Dep. Túlio Vargas

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de rodovia pela qual se processa o escoamento de toda a pro-dução da região, em demanda aos centros consumidores, o que significa que são muitos os municípios que se beneficiam economicamente da referida via. Entretanto, o ônus decorrente de sua conservação recai tão somente sobre os municípios de Floresta e Itambé, o que não é justo, absoluta-mente. Daí a medida que ora propomos, a qual, além de permitir a rea-lização dos serviços de conservação com mais eficiência e presteza, deso-nera os orçamentos daquelas comunas, já tão comprometidos com os pesa-dos encargos administrativos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N. 196-70

AUTOR: Deputado Túlio Vargas

SÚMULA: Passa à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a rodovia que liga o município de Floresta ao de Itambé.

1.) O projeto em apreço justifica por tratar de uma estrada de grande movimento e que necessita de melhoria para escoamento da produção, dada sua localização em uma região essencialmente agrícola.

2.) Nessas condições somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.4.71.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Arthur de Souza

Sebastião Rodrigues Júnior

Cândido Rodrigues Júnior

Cândido Manoel Martins de Oliveira

Emílio Carazzai

Igo Lossó

Muggiati Filho

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

AUTOR: Dep. Túlio Vargas

SÚMULA: "Passa à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a rodovia que liga o Município de Floresta ao de Itambé, na forma que especifica".

P A R E C E R

1.) A Proposição em tela foi devidamente examinada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, da qual mereceu parecer favorável.

2.) A iniciativa do Autor do presente Projeto de Lei é louvável pois a rodovia beneficia diversos municípios e certamente o DER apresenta melhores condições técnicas para sua conservação.

3.) Nestas condições, somos pela aprovação da medida proposta.

Sala das Comissões, em ... de junho de 1971.

aa) **Lázaro Dumont** — Presidente

Borsari Netto — Relator

Hélio Manfrinato

Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 196-70

AUTOR: Dep. Túlio Vargas

SÚMULA: Transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga Floresta e Itambé.

P A R E C E R

O presente projeto de Lei, já devidamente articulado e justificado, de acordo com o que determina o Regulamento Interno, não apresenta qualquer implicação de ordem financeira, pois se trata de matéria de ordem meramente autorizatória.

Quanto a sua oportunidade nada há a opor.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

aa) **Leopoldo Jacomei** — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Fuad Nacii

Paulo Poli

Santos Lima

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 210-70, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a doar à Sociedade Rural de Guarapuava uma área de terra com 60.000m², na forma que especifica. — Parêceres favoráveis da GCJ e CTIC. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 210-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, por doação, à Sociedade Rural de Guarapuava, uma área de terra com 60.000,00m² (sessenta mil metros quadrados), localizada no Município de Guarapuava, sem benfeitorias, localizada entre o próprio daquele Município, terreno de propriedade do Guarapuava Esporte Clube e Avenida Manoel Ribas, local onde funcionava antigo aeroporto.

Parágrafo Único — A área a que se refere este artigo se destina a construção de um Parque destinado à exposição dos produtos agrícolas, agropecuários e seus derivados.

Art. 2.º — As construções e benfeitorias para os fins que se destinam deverão ser erigidas dentro do prazo de três (3) anos, a contar da data da publicação desta lei, sob pena de a área referida no artigo anterior reverter ao Patrimônio do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revidadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de Agosto de 1970.

a) Dep. João Mansur

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se, através da presente iniciativa, dotar o Município de Guarapuava de uma Feira agro-pastorial, o que, por certo, virá trazer-lhe grandes benefícios. Atualmente, corre na Câmara do mesmo Município, projeto visando a doação de área contígua a referida neste projeto, objetivando dar melhores condições à futura Feira.

Nestas condições, submetemos o presente projeto à consideração de nossos ilustres Pares, pedindo apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 210-70

AUTOR: Dep. João Mansur

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a doar à Sociedade Rural de Guarapuava uma área de terras com 60.000 metros quadrados, na forma que especifica.

PARECER

1) — A pretendida doação tem por objetivo propiciar a construção de um parque para exposição de produtos agrícolas e condiciona a validade dessa doação a que referido parque deverá ser concluído no prazo de três anos.

2) — O Estado está sendo dotado de vários parques com quase a mesma finalidade, em regiões diferentes. Vale acentuar que esses órgãos tem colaborado intensamente para o incremento e difusão de nossa, digo, difusão das importantes peculiaridades que integram o nosso setor agropecuário.

3) — Trata-se de lei de caráter autorizatório e a Constituição Estadual (art. 21, IX, letra c) dá ao poder Legislativo essa atribuição, visto que doar nada mais é do que alienar gratuitamente.

O parecer é pela aprovação do projeto.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 21 de Abril de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Arthur de Souza
Emílio Carazzai
Gilberto Carvalho
Cândido Martins de Oliveira
Igo Lesso
Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER ao Projeto de Lei n. 210-70

1) — O Projeto em referência foi examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, na qual recebeu parecer favorável.

2) — Quanto ao mérito que a esta Comissão cabe examinar, entendemos que feliz foi a intensão de seu nobre Autor, de vez que, realmente, o Município de Guarapuava está a merecer total apoio no que diz respeito a sua Feira agro-pastoril. A finalidade do presente Projeto é, sem dúvida alguma, demonstrar de forma concreta o apoio já indicado.

3) — Em tais circunstâncias, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de Agosto de 1971.

aa) Arizone Araújo — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Santos Lima

Marciano Barani

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 195-69, de autoria do Dep. Ovídio Franzoni, que cria no Município de Cianorte, um Ginásio Agrícola Estadual, para funcionar a partir de 1972. — Pareceres favoráveis da CCJ e CA. — com Substitutivo. — Em Regime de Urgente. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 195-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Cria, no Município de Cianorte, um Ginásio Agrícola Estadual, com início de funcionamento previsto para o ano de 1970.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1969.

a) — Dep. Ovídio Franzoni

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com o presente plano de lei, dotar o Município de Cianorte, com um Ginásio Agrícola. Tal medida será de muita importância para a região, uma vez que, atenderá aos anseios da população de vários municípios limítrofes, essencialmente agrícolas.

Apelamos, aos nobres Pares com assento nesta Casa, o indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 195-69

AUTOR: Ovídio Franzoni

P A R E C E R

Os Ginásios Agrícolas se configuram como imperiosa necessidade especificamente na região norte paranaense. Pretende o ilustre Deputado Ovídio Franzoni, através deste Projeto de Lei ampliar e atualizar o ensino médio. Opinamos pela aprovação do plano de lei.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1969.

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Roberto Wypych

Ivo Thomazani

Paulo Camargo — vencido

Haroldo Banchi

Luiz Renato Malucelli

COMISSÃO DE AGRICULTURA

SÚMULA: Projeto de Lei n. 195-69;
Autoria o Dep. Ovídio Franzoni;
Cria Ginásio Agrícola Estadual em Cianorte.

P A R E C E R

- 1 — É indiscutível o mérito da iniciativa;
- 2 — Contudo, por uma questão técnica, sugerimos a adoção do seguinte substitutivo:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Cianorte, um Ginásio Agrícola Estadual, com início de funcionamento previsto para o ano de 1972.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da realização desse empreendimento correrão por conta de dotação orçamentária, a ser prevista para o próximo ano.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

3 — Opinamos pela aprovação do plano de lei, na forma do substitutivo acima.

Sala das Comissões, em 14-9-71.

aa) Antonio Maciel — Presidente

Hélio Manfrinato — Relator.

Lázaro Dumont

Marciano Baraniuk

Francisco Escorsin.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final do Projeto 32-69. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet constante do Expediente, de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Agricultura a criação de um Grupo de Trabalho para incentivar a plantação de palmito no Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adherbal Fortes de Sá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando urgência para a votação do Projeto de Lei n. 129-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constantes do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que aquela autoridade envie a esta Casa, Mensagem concedendo o abôno de Natal ao funcionalismo público estadual. — **Em discussão.**

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento, para o final da Ordem do Dia da próxima sessão.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Pela ordem). Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem no sentido de dar uma determinação administrativa interna, no sentido de que nós possamos, pela manhã, por os nosso gabinetes em funcionamento. Não temos funcionários. Os funcionários não estão comparecendo no período da manhã e está causando sérios transtornos. Faço um apêlo para dar uma solução a este problema o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa vai estudar e tão logo possível dará uma solução.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 182-69, 208-70, 22-71, 50-71, 90-71;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 195-69, 102-70, 169-70, 210-70;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 42-71.

A Presidência anuncia, ainda, a ORDEM DO DIA, para a sessão plenária de sexta-feira, dia 8, às 10,00 horas, que é a seguinte:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei ns.: 32-69, 81-70, 106-70, 175-70, 182-70, 225-70, 227-70, 314-70, 53-71, 68-71, 76-71, 81-71, 92-71 e 137-71.

Levanta-se a sessão.